



Extensão rural e desenvolvimento local: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) junto a Associação Quilombola de Guaxinim, em Cacimbinhas, Alagoas

João Matias Santos Neto⁽¹⁾; Conceição Maria Dias de Lima⁽²⁾

Página | 127

⁽¹⁾ Bacharel em Zootecnia pela UNEAL; netomathias26@hotmail.com; ⁽²⁾ Estudante; UNEAL; Arapiraca, Alagoas; anne.gomes2010@bol.com.br; ⁽³⁾ Professora Titular da UNEAL; Doutora em Sociologia pela UFPE; ceicadias@yahoo.com.

Todo o conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores.

Recebido em: 20 de fevereiro de 2016; Aceito em: 20 de março de 2016; publicado em 06 de 11 de 2016. Copyright© Autor, 2016.

RESUMO: Este trabalho tem por finalidade analisar as ações de extensão rural na perspectiva de desenvolvimento local, utilizando a experiência com o Programa de Aquisição de Alimentos junto a Associação Quilombola de Guaxinim, sediada em Cacimbinhas, relatando minha experiência como técnico extensionista. A extensão rural voltada para o desenvolvimento local tem a finalidade de promover ações que tragam melhor qualidade de vida para os agricultores familiares, segundo esses preceitos foi desenvolvido um plano de ação que visava atender aos anseios dos produtores rurais, que se encontravam descrente devido à falta de incentivos para a geração de renda. Em seus preceitos o PAA visa à comercialização de produtos, organização da produção, inclusão social, incentivando o aumento da produção gerando o fortalecimento da agricultura familiar. A metodologia da pesquisa utilizada foi à investigação qualitativa, que nos permitiu aprofundar a análise sobre questões sociais, produtivas e econômicas, sendo utilizados questionários e entrevistas para a obtenção de dados que mostram a realidade local. Dentre os resultados obtidos, conclui-se que as ações tomadas tiveram efeitos positivos com relação a elevação da auto estima dos agricultores beneficiários, se aumentou a geração de renda, como também o interesse da comunidade junto a associação. Apesar dos benefícios, foram diagnosticados produtores que não entendiam o propósito do programa e o tinha apenas como uma renda temporária e não estendia sua produção para alcançar novos comércios, e a falta de infraestrutura de recepção dos produtos. Contudo se conclui que os objetivos deste trabalho e das ações realizadas foram alcançados com êxito.

Palavras-chave: Extensão Rural. Desenvolvimento Local. Programa de Aquisição de Alimentos. Associação.

ABSTRACT: This study aims to analyze the rural extension programs in local development perspective, using the experience with the Food Acquisition Program - PAA along the Quilombo Association Guaxinim, based in the city of Cacimbinhas - AL, reporting my experience as a technical extension . The rural extension geared to local development aims to promote actions to bring better quality of life for family farmers, according to these precepts was developed a plan of action which aimed to meet the needs of farmers, who They found disbeliever due to lack of incentives for the generation of income. In its precepts PAA seeks to marketing products from family farms, organization of production, social inclusion, encouraging increased production generating the strengthening of family farming. The methodology of research was used qualitative research, which allowed us to deepen the analysis of social, productive and economic issues, and socioeconomic questionnaire used to obtain data showing the local reality. Among the results, it concluded that the actions taken have had positive effects with regard to raising the self esteem of the beneficiary farmers, to increased income generation, as well as the community of interest with the association. Despite the benefits, producers were diagnosed did not understand the purpose of the program and had only as a temporary income and did not extend its production to reach new trades, and the lack of reception of the products infrastructure. However it is concluded that the objective of this work and of the actions taken have been achieved successfully.

Keywords: Extension . Local development. Food Acquisition Program. Association.

INTRODUÇÃO

A extensão rural e assistência técnica possuem um papel de destaque no cenário rural atual, juntos representando a voz do meio rural para a sociedade, trazendo o conhecimento de suas dificuldades, como também suas potencialidades, sendo fator este determinante para elaboração de planos e políticas que venham para satisfazer as necessidades dos agricultores.

Página | 128

A concepção que adotamos de Extensão Rural é a desenvolvida por Tauk Santos (2000), na qual ela afirma que: “a característica fundamental da Extensão Rural é se constituir em processo comunicativo na perspectiva de mudança. Construir mudanças é, portanto, o cerne da Extensão Rural (...)”.

A extensão rural busca entre outras metas o fortalecimento coletivo, pois se acredita que com a união entre pessoas formando grupos, seja por meio de associações ou cooperativas se consegue almejar objetivos antes distantes visando à melhoria na qualidade de vida dos agricultores e sempre buscando o desenvolvimento rural sustentável. No Nordeste o associativismo se apresenta com maior destaque como forma de organização coletiva, como afirma Canterle (2004):

O associativismo instrumentaliza os mecanismos que concretizam as demandas sociais e que tornam os homens mais próximos da busca de autonomia na promoção do desenvolvimento local. E, a cooperação, por sua vez, passa a ser a força indutora que modifica comportamentos e abre caminhos para incorporar novos conhecimentos. Desta forma, cria um tecido flexível mediante o qual se enlaçam distintos atores, produzindo um todo harmônico que culmina no estabelecimento de uma comunidade de interesses, em uma estrutura que deve ser ajustada para padrões de comunicações, interrelações e cooperação, reforçando a identidade do associativismo e a dimensão humana (CANTERLE, 2004, p.5).

Segundo Buarque (2002), O desenvolvimento local é um processo que se inicia com o conhecimento da realidade local, a partir disso, se introduz inovações tecnológicas, além de se buscar a coletividade, incentivando o afloramento de potencialidades para a geração de renda no meio rural promovendo a melhoria da qualidade de vida.

Há que se considerar nesse debate o que afirma Callou (2007), a respeito do fortalecimento da relação entre extensão rural e desenvolvimento local, por meio das “zonas vizinhas” nas intervenções extensionistas, a saber: a agroecologia, o gênero, ruralidades, agricultura familiar, economia solidária.

Assim, o desenvolvimento local não se baseia apenas na geração de renda, mas no desenvolvimento de todo o meio, tendo em suas premissas a sustentabilidade de recursos naturais, segurança alimentar e nutricional, incentivo a coletividade, promoção da cultura local entre outros.

Ademais, o desenvolvimento local surge como estratégia de fortalecimento da economia local, onde está implícita a ideia de sustentabilidade (LIMA, 2015). Isso implica um novo contrato social entre Estado e sociedade civil, aumentando a capacidade de gestão e negociação da população, através das organizações produtivas, bem como capacitações voltadas para viabilizar os custos produtivos.

A escolha desse tema foi pela minha vivência enquanto técnico extensionista junto a Associação Quilombola de Guaxinim, desde 2010, com a missão de desenvolver junto com a Secretaria Municipal de Agricultura de Cacimbinhas – SEMAGRI, um plano de ação para o desenvolvimento rural em busca de melhorar a qualidade de vida dos agricultores da comunidade de Guaxinim. Tendo como resultado do plano de ação a implantação do PAA, que teve o início de suas atividades em 2013, sendo que durante o período de 2013 a 2015, o programa contemplou 52 famílias, sendo que todas as famílias são remanescentes de quilombolas. O PAA surge como ferramenta para o desenvolvimento local, tendo como principal função a comercialização do que é produzido pelos agricultores.

A partir das observações realizadas junto à implantação do PAA na Associação, despertou o interesse em identificar quais mudanças foram ocasionadas na vida dos agricultores. Diante disso, o objetivo deste trabalho é analisar a importância das ações da extensão rural no processo de desenvolvimento local, e diagnosticar de que forma o PAA contribuiu para melhorar a qualidade de vida dos agricultores,

A relevância do presente estudo está em mostrar o papel da extensão rural no processo de desenvolvimento local, mostrando os impactos dos conjuntos de ações promovidos pela extensão rural na Associação, sendo também de primordial importância na minha formação enquanto zootecnista e extensionista. Contudo espera-se que este trabalho norteie outros estudos em extensão rural no âmbito de desenvolvimento local.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A abordagem metodológica foi definida pela necessidade de analisar as mudanças na vida dos agricultores da Associação Quilombola de Guaxinim, que são contemplados

pelo PAA, mediados pela SEMAGRI de Cacimbinhas. A amostra da pesquisa foi composta por vinte (20) agricultores desta associação no período de 2013 a 2015.

Situamos a pesquisa num método de investigação qualitativa – o estudo de caso. Tal método nos permite aprofundar a análise e, ao mesmo tempo, considerar as questões macrossociais em que se inserem esses agricultores. Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa tem como base a coleta de materiais empíricos, e o estudo de caso, que busca evidenciar o contexto histórico, cultural, produtivo, como também a vivência e experiências dos atores da pesquisa, formando assim uma visão da problemática local.

A amostra da pesquisa foi realizada de forma aleatória por meio de sorteio sem influências externas que gerassem informações manipuladas, sendo determinado o número de 20 famílias, que corresponde a 38% do total de famílias participantes do programa.

Em meio ao objetivo do que se pleiteava revelar com esta pesquisa, foram elaborados questionários e entrevistas, sendo o questionário a principal ferramenta descritiva da pesquisa. Por meio dele foi possível uma tabulação de dados utilizando o programa Excel, contendo questionamentos importantes para que se tenha uma ideia ampla do tema em destaque.

A partir do questionário foram realizadas as visitas de campo a fim de realizar entrevistas para coletar informações e iniciar a tabulação dos dados como também registrar por meio digital através de fotos, e por fim a elucidação do que se foi coletado e posterior apresentação por meio de representações gráficas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a aplicação do questionário e as entrevistas entre aos participantes do programa, se percebe um cenário diferenciado, onde as mulheres possuem papel igualitário ao homem em termos de geração de renda para a família e em alguns casos como principal fonte de renda. Uma das constatações evidenciadas foi com relação o percentual de mulheres participando no programa, representando 90%. Esta informação reforça a luta das mulheres em ter direito de igualdade com os homens no meio rural, mostra o importante papel das mulheres no desenvolvimento local e na melhoria da qualidade de vida da família.

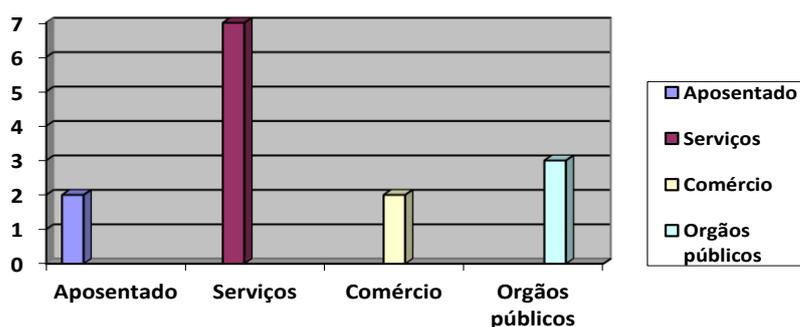
O grau de escolaridade dos associados reflete a realidade nordestina, onde 15% dos produtores pesquisados são analfabetos e 40% não concluíram o Ensino

Fundamental, sendo que dentre esses 40%, muitos não passaram do quinto ano. Outro índice alarmante é o de produtores que terminaram o Ensino Médio, sendo apenas 5%, e os que estão concluindo ou pararam de estudar no decorrer do Ensino Médio 30%. A escolaridade pode ser visto como um fator de desenvolvimento, em localidades em que seus habitantes possuem grau de instrução elevado, os espaços se tornam mais desenvolvidos, como salienta Barros (2001):

Na medida em que a escolaridade dos pais é um fator predominante na determinação do nível de escolaridade dos filhos, crianças cujos pais tenham baixa escolaridade possuem grandes chances de tornarem-se adultos com pouca escolaridade. Como a escolaridade é também um fator importante na determinação da renda, caracteriza-se assim uma situação onde prevalece a desigualdade de oportunidade e, por conseguinte, a transmissão intergeracional da pobreza (BARROS, 2001, p. 29).

Tendo as mulheres maioria absoluta. Foi observado que os cônjuges masculinos possuem outras atividades rurais e urbanas, sendo que a maioria dos homens da comunidade trabalha com serviços terceirizados para fazendeiros da região. Um dos fatores para a formação do PAA da Associação de Guaxinim é que em sua maioria seja formado por mulheres, devido ao fato dos homens possuírem fontes de renda tanto no meio rural quanto no urbano (figura 1) possibilitando a procura para a entrada no programa ser maior pelas mulheres.

Figura 1 – Origem de renda do cônjuge masculino



Fonte: dados da pesquisa (2015).

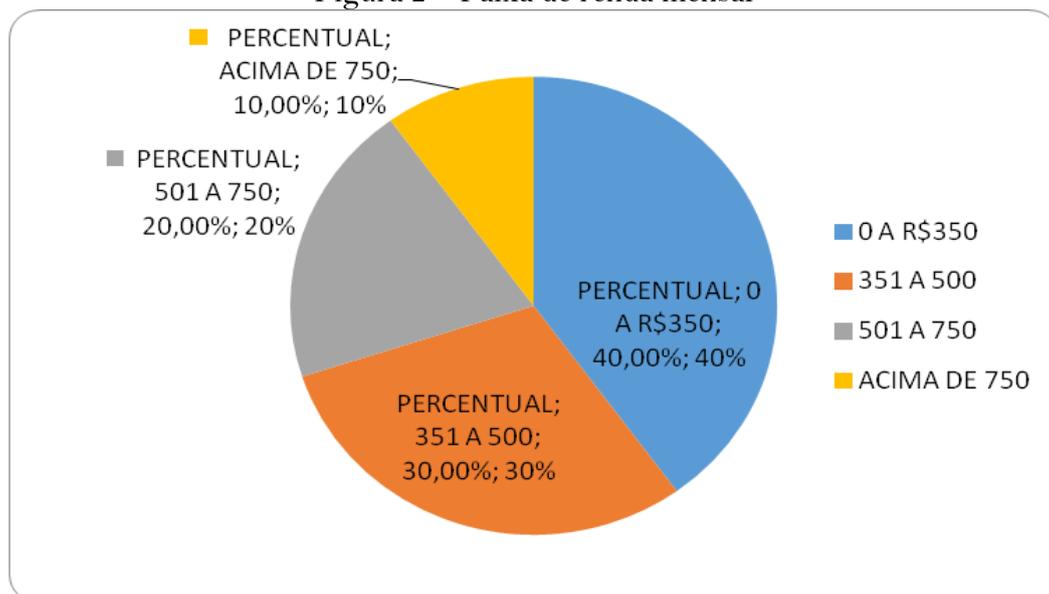
O PAA, em suas distintas modalidades, indiscutivelmente valoriza o trabalho feminino, ao criar canais de comercialização para seus produtos, a um preço justo e com formas de operação que atendem às suas necessidades (entregas parceladas, constantes,

em pequenas quantidades). No entanto, ainda existem fortes desafios para que possa contribuir de maneira efetiva para a construção de uma maior autonomia econômica das mulheres (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011).

Segundo dados da pesquisa, nenhum agricultor pesquisado possui terras próprias, e trabalham com terras arrendadas, onde em muitos casos, o pagamento pelo uso da terra é parte da produção. Sendo que os quilombolas desde que reconhecidos tem o direito a terra garantido pela constituição no plano de reforma agrária. No entanto no caso da associação de guaxinim por meio de pressão e temendo por represálias dos fazendeiros que seriam afetados pela reforma agrária nos arredores da comunidade de Guaxinim a associação paralisou o processo de desapropriação¹.

A figura 2 retrata a renda média dos agricultores antes do PAA. Esses dados relatam que a grande maioria dos agricultores possui renda inferior a um salário mínimo. Com um valor bem abaixo do salário mínimo a qualidade de vida fica totalmente comprometida e se tornam impossível suprir as necessidades alimentar e nutricional. Nas outras faixas, 20% ganham entre R\$501,00 e R\$750,00 e apenas 10% ganham acima de R\$750,00, apesar de possuírem renda pouco melhor que a anterior, a dificuldade não é menor, nessas duas faixas, em sua maioria são pessoas aposentadas ou que possuem trabalho na prefeitura. Um fato a ser levantado é que entre as rendas menores, esses valores são incrementados por ações do governo como o Bolsa Família, sem isso provavelmente a situação seria bem pior e esses valores estariam bem abaixo do informado.

Figura 2 – Faixa de renda mensal



Fonte: dados da pesquisa (2015).

Com a implantação do PAA, gerou um acréscimo médio mensal de R\$291,00, sendo este valor o lucro líquido dividido por 12 meses. Com isso houve um aumento de quase 100% em determinadas faixa de renda. O percentual de renda produtiva rural apresentou um aumento de renda de 64,10% em relação à renda rural. O aumento da renda agropecuária é excelente, principalmente pelo fato de estar diretamente relacionada com o aumento de participação das mulheres, que conseguem enfim complementar a renda familiar. Como Balsadi (2004) relata em estudos realizados durante a operacionalização do PAA, verificou-se em 2003 resultados animadores com relação à melhoria da renda das famílias beneficiárias. Houve um acréscimo de 29,84% na renda anual dos agricultores participantes do PAA, isso vem para confirmar que como gerador de renda o PAA é uma ferramenta primordial e que deve ser ampliada para novas comunidades, como salienta Ortega (2005):

Em pesquisa realizada entre os produtores familiares participantes no PAA, entre 46% e 49% reportaram um aumento na renda monetária familiar, com a porcentagem dependendo do Estado e a modalidade (PAA-Grãos ou PAA-Leite). Entre os produtores de grãos em Minas Gerais que avaliaram positivamente sobre o aumento de sua renda com o ingresso no PAA, 17% indicaram uma elevação de 5 a 15%, para 41% deles entre 20 e 40%, para 31% deles aumentou em torno de 50%, para 8% dos produtores entre 80% a 100%, e para 3% deles houve uma elevação de 200% da renda. Deve-se destacar que houve uma parcela significativa dos agricultores que não souberam ou não quiseram responder a esta questão sobre as mudanças na renda (ORTEGA 2005, p.91).

A renda dos agricultores da comunidade de Guaxinim é bastante diversificada, tendo como principais receitas oriundas dos produtos industrializados que são adquiridos tanto por meio do PAA e PNAE, como também pela venda no comércio local. A diversificação de renda pode ser explicada pela multifuncionalidade da agricultura, devido à falta de um canal de emprego, os associados praticam qualquer atividade que venha a gerar renda. Com isso a diversidade torna-se uma fonte indispensável à sobrevivência devido à geração de novos negócios, como ressalta Ahrens (2006):

Quando se tem uma propriedade diversificada, que tem como produção principal à agroindústria, a pecuária, a pecuária/horta ou o milho, tem-se uma diversificação vertical, com agregação de valor dos produtos e com uma integração e sustentabilidade maior da própria propriedade. Neste caso, a diversificação pode ser uma alternativa para diminuir custos e incertezas no meio rural, tornando a propriedade menos vulnerável a alterações, tanto do clima, como do próprio mercado (AHRENS, 2006, p.4).

Para Oliveira (2005), a comercialização é um dos principais problemas enfrentados pelos pequenos produtores rurais, e que é necessário gerar ações inovadoras

para desatar esse nó que limita entre outros fatores o aumento da produção gerando assim a promoção do desenvolvimento.

Conforme ressalta Sparovek (2007), a garantia de preço e comercialização, possui relação nos com a abertura de novos mercados que garantem aumento na renda dos produtores, além de refletir de forma indireta nos preços. O autor complementa revelando que em pesquisa no Nordeste, os agricultores beneficiários possuem receitas de comercialização da produção quase três vezes superior às dos não beneficiários, diferença esta atribuída ao PAA, e que há grande satisfação com o preço pago pelos produtos.

Segundo relatos de associados, um dos maiores ganhos com a PAA tenha sido o fortalecimento da Associação. Foram realizadas nesta pesquisa entrevistas com perguntas abertas para obter informações sobre pontos positivos e negativos, bem como falar um pouco sobre o programa. Segundo os produtores junto com o aumento da renda vem o fortalecimento da Associação. Criou-se uma ideia que a Associação deixou de ser um centro de reuniões para se transformar em um centro de representação da comunidade, os associados perceberam que o fortalecimento da Associação era também o fortalecimento da comunidade, conforme os relatos abaixo:

Com o início do projeto, houve um aumento considerável de adesões, começamos com 58 associados em 2013 e com um início de projeto cheio de dívidas e desacreditado pela maioria da comunidade, sendo que o primeiro projeto teve apenas 9 produtores. Hoje temos mais de 150 associados e para o projeto de 2016 temos 72 produtores inscritos (secretário da Associação).

Com o PAA além de aumentar o número de sócios, aumentou a arrecadação tanto com as mensalidades dos novos associados como também a diminuição da inadimplência dos sócios antigos, com isso podemos adquirir novos equipamentos, melhorando as condições de trabalho na Associação (tesoureira da Associação).

Segundo Muller (2007), quanto maior o envolvimento de organizações sociais, seja por meio de associações ou cooperativas, melhores são os resultados do PAA. Outro ponto bastante levantado pelos associados foi com relação à segurança para a produção com a venda garantida, eles relataram que essa segurança lhes permitira aumentar a produção e iniciar a comercialização em outros centros e, com isso, conseguiram diminuir a presença dos atravessadores como forma de comercializar seus produtos.

Segundo alude Schmitt (2005), o PAA se encaminha para um maior patamar entre as políticas públicas rurais com ênfase no fortalecimento da agricultura familiar, pois atua diretamente na comercialização de seus produtos. Complementando Wilkinson (2008) relata que a garantia de comercialização gera um ânimo a mais para os

agricultores que podem, com isso, aumentar sua produção e almejar novos patamares sociais.

Dentre os pontos negativos citados pelos produtores, está o valor máximo para venda, que é de R\$8.000,00 anualmente; e o valor de produtos que não são vendidos devido a baixo preço de mercado, tais como o bolo de milho e a broa de fubá, que são comercializados pelo PAA ao preço de R\$ 10,00 e que segundo os associados estes mesmos produtos são oferecidos no mercado local há R\$12,00.

O fato de o valor total ser baixo explica-se pelas diretrizes do programa, já que o PAA é apenas uma ferramenta de organização da produção. Ou seja, o agricultor aprende a produzir de forma organizada e padronizada e com isso poder competir com outros mecanismos de comercialização, como é o caso do atravessador. Já para a formulação do preço dos produtos, é levado em consideração o preço do varejo local.

Apesar de todas as melhorias, observamos que os agricultores não entendem o papel fundamental do PAA, muitos acham que é apenas um gerador de renda temporária, com isso o desenvolvimento tão esperado não se concretiza. Como pode ser observado nos relatos abaixo:

O projeto é muito bom, mais não dura o ano todo e o valor pra entregar é muito baixo, deveria ser maior e durar o ano todo (sócia membro da Associação).

A gente recebe em dia a nossa produção, mais quando o projeto acaba ficamos sem ter o que fazer (sócia membro da Associação).

O real objetivo do PAA é a organização social, que unem as pessoas em grupos e as tornam mais fortes perante a sociedade. A garantia de compra da produção gera uma confiança para que se busquem novos mercados, e a organização da produção, garante uma produção mais qualificada e em contrapartida uma melhor aceitação nos mercados. No entanto, houve casos de produtores que conseguiram identificar no programa o incentivo que faltava para aumentar a produção e expandir para novos mercados. Como pode ser observado nos relatos abaixo:

Com a venda dos meus produtos a CONAB pelo PAA, consegui organizar minha produção, e hoje vendo meus produtos no comércio local e para a prefeitura (sócia membro da Associação).

Através do PAA, consegui expandir minha produção de bolo e broas, vendendo no comércio local e para a prefeitura, e ainda consegui começa a produzir frango caipira, tanto para vender no PAA, quanto para a prefeitura (sócio membro da Associação).

A Associação de Guaxinim, apesar de ter sido contemplada com vários projetos, não possui infraestrutura própria para a produção em larga escala, e para produzir para o PAA faz o uso de imóveis alugados, aumentando o valor de custo dos produtos. Em meio a isso nota-se que falta organização operacional para o desenvolvimento de um projeto para a construção de um ambiente próprio para o desenvolvimento de suas atividades produtivas.

No entanto, como segundo passo para a concretização do desenvolvimento da comunidade, eles estão na fase de seleção de projetos junto a Fundação Banco do Brasil, pleiteando um convênio para construção de uma fábrica de bolo, doces, salgados e pães.

Outro ponto a ser melhorado é com relação à recepção dos produtos perante o órgão distribuidor, verifica-se que há boa vontade por parte dos funcionários, no entanto a logística fica prejudicada devido à falta de veículo para entrega, e como as comunidades são distantes, não há como os beneficiários consumidores virem buscar seus alimentos. Mas como a boa vontade das pessoas que realizam essas atividades é maior que as dificuldades encontradas, o programa segue com perspectiva de melhorar a cada ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa mostrou que o PAA trabalha seguindo o modelo de extensão rural voltado para o desenvolvimento local e levantou dados importantes que contribuem para a referida Associação, no sentido de trazer elementos de reflexão sobre sua prática, como também para outras organizações enquanto metodologia de trabalho e desenvolvimento local e que pretendem desenvolver ações para o desenvolvimento local. Além disso, é uma contribuição tanto para os profissionais que desenvolvem a extensão rural, e possui mais uma ferramenta de desenvolvimento local, quanto para os órgãos diretamente ligados ao PAA, a fim de que se conheçam os impactos desse programa para a comunidade e que possa com a experiência aprimorar a gestão dessas políticas.

O Estado de Alagoas vem contribuindo com destaque no financiamento e disseminação da extensão rural como política pública que visa o desenvolvimento local, essa iniciativa vem promovendo a inclusão de agricultores em outras políticas públicas, como o PAA, garantia safra, entre outras. Essas iniciativas vêm alterando o meio rural e melhorando a qualidade de vida dos agricultores familiares.

Outro ponto importante a citar é o fato de que alguns agricultores que antes viviam ociosos além de participar do projeto, ainda conseguiram vender os seus

produtos para outras instituições e para o comércio local. Sendo este um dos principais objetivos do PAA, que é elevar o nível tecnológico dos agricultores e fazer com que se tornem independentes do programa e que consigam outras fontes para comercializar seus produtos, tendo uma maior demanda, e conseqüentemente, aumentar a produção e a renda familiar. No PAA da Associação de Guaxinim, as mulheres obtiveram papel de destaque, sendo maioria absoluta e evidenciando o novo papel da mulher no desenvolvimento local, deixando de ser apenas a dona de casa, fazendo seus afazeres domésticos e cuidar dos seus filhos, mais como também na geração efetiva de renda.

Em relação ao ganho que este programa teve na Associação de Guaxinim, o maior deles talvez não seja nem a renda obtida, apesar de ter sido muito importante para os produtores, fazendo com que muitos deles melhorassem a qualidade de vida de suas famílias, mas sim o retorno da confiança da comunidade no associativismo, no trabalho em equipe desempenhado pelos associados e pela satisfação que se tem ao ver que seu trabalho mudou a vida de algumas pessoas, tendo como reconhecimento a perspectiva de dias melhores.

Nas perspectivas de desenvolvimento local, a junção de organizações coletivas, somado ao trabalho de extensão rural é de fundamental importância e deve receber mais incentivos financeiros para que se possa dar continuidade e ser expandido para outras comunidades. O trabalho da extensão rural com o uso da metodologia para o desenvolvimento local vem para fortalecer através de suas ações o associativismo. Sendo assim, o uso de políticas públicas como o PAA tende a se tornar mais eficaz e disseminada com a adoção desses três preceitos anteriormente citados.

Pela minha experiência com o PAA, observei que mesmo de forma indireta, acrescento o comércio local como beneficiário, pois nota-se que com o aporte financeiro na comunidade, gera um maior poder de compra por parte dos beneficiários produtores do PAA, sendo que parte de seus ganhos, são deixados no comércio local.

Finalizando, espero que a partir deste trabalho surjam outras pesquisas referentes a temas que abordem o trabalho do extensionista, a fim de fortalecer essa temática nas universidades e no poder público para que desenvolvam projetos com foco em inserir os alunos em ações de extensão rural na perspectiva de desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

1. AHRENS, D. C. (coord.) (2006). *A diversificação no incremento da renda da propriedade familiar agroecológica*. IAPAR: Boletim técnico, p. 4.
2. BALSADI, O. V. (2004). Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar: os primeiros resultados obtidos em 2003. In: *Informações Econômicas*, São Paulo, v.34, n.5, mai.
3. BARROS, R. P. (2001). Determinantes do desempenho educacional no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, (*Texto para Discussão*, 834).
4. BUARQUE, S. C. (2002). *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond.
5. CALLOU, A. B. F. (2007). Extensão rural no Brasil: da modernização ao desenvolvimento local. *Revista Rede Universitária das Américas em Estudos Cooperativos e Associativismo (Unircoop)*, vol. 5, n. 1. jun, IRECUS: Universidade de Sherbrooke.
6. CANTERLE, N. M. G. (2004). *O associativismo e sua relação com o desenvolvimento*. Francisco Beltrão-PR, Unioeste. Disponível em: <www.unioeste.br> Acesso em: 01 nov. 2015.
7. DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. (orgs) (2006). *Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED.
8. LIMA, C. M. D. de (2015). *Comunicação e desenvolvimento local: estudo de recepção das propostas da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – INCUBACOOOP pelas mulheres da Cooperativa de Costura de Abreu e Lima – COOPECAL, Pernambuco*. Arapiraca: Ed. Universitária da UNEAL, Alagoas.
9. MÜLLER, A. L. (2007). A inovação institucional e a atuação dos atores locais na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Sul. *Revista Sociedade e Desenvolvimento Rural*. vol. 1, n. 1. Brasília. Disponível em: <<http://inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/issue/view/2>> Acesso em: 15 dez. 2015.
10. OLIVEIRA, M. A. D. de. (2007). *Porque uma empresa pública de direito privado para atender os agropecuaristas familiares alagoanos, Maceió – Alagoas: SINDAGRO*, 5. ed. revisada e ampliada. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B331QqgtJ2enMnJ3X0puZndpSzQ/view?pr ef=2&pli=1>>, pesquisado em 15 dez 2015.
11. ORTEGA, A. C. et al. (2005). *Proposta de Metodologia de Avaliação da Gestão do Programa de Aquisição de Alimentos: um teste de aplicação nos Estados de Minas Gerais e Bahia*. Relatório Final. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, nov p. 91. (Projeto de Cooperação Técnica MDS/FAO UTF/BRA/064/BRA).
12. SCHMITT, C. J. (2005). Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. *Revista de Política Agrícola*. Ano XIV.
13. SPAROVEK, G. et al. (2007). Estudo comparativo das diferentes modalidades do PAA – região Nordeste. In: PAESSOUZA, R.; VAITSMAN, J. *Cadernos de estudo: desenvolvimento social em debate: síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS*, n.5.
14. TAUKE SANTOS, M. S. (2000). Comunicação rural - velho objeto, nova abordagem: mediação, reconversão cultural, desenvolvimento local. In: _____; LOPES, M. I. V. de; FRAU-MEIGS, D. (Org.). *Comunicação e informação: identidades e fronteiras*. São Paulo: Bagaço.
15. WILKINSON, J. (2008). *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ⁱO Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A partir do Decreto 4883/03 ficou transferida do Ministério da Cultura para o INCRA a competência para a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como a determinação de suas demarcações e titulações (INCRA, 2003).